

Escolas do campo da rede estadual de ensino em Santa Catarina

Graziella Aparecida Haverot Steffen¹
Maria Carolina Machado Magnu²

Resumo

O presente texto, recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Catarina, tem por objetivo apresentar um mapeamento das escolas do campo da rede estadual de Santa Catarina, evidenciando sua distribuição, evolução histórica e alguns desafios para a garantia do direito à educação. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o *Power BI Desktop* para organizar e interpretar os dados. A série histórica analisada (2011–2024) aponta uma redução de aproximadamente 18% no número de escolas do campo. Observou-se relativa estabilidade nas escolas indígenas, a criação das unidades descentralizadas quilombolas a partir de 2020, a estagnação das escolas em assentamentos e a fragilidade no mapeamento das escolas em áreas de uso sustentável. O estudo também evidencia limitações no uso dos dados do Censo Escolar da Educação Básica e as dificuldades enfrentadas para a consolidação da identidade das escolas.

Palavras-chave: Educação do Campo, Escola do Campo, Censo Escolar da Educação Básica, Políticas Públicas Educacionais.

Introdução

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) é responsável pela oferta da educação básica na rede estadual de ensino. Nesse sentido, um dos principais desafios da SED/SC consiste em assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a oferta de uma educação de qualidade, com equidade, para todos os estudantes (Santa Catarina, 2015).

De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2024, o estado contava com 1.269 escolas distribuídas nos 295 municípios catarinenses. Desse total, 181 situadas em áreas rurais e 1.088 em áreas urbanas (Brasil, 2025a). A diferença no número de escolas por localização revela que muitos estudantes residentes nas áreas rurais necessitam se deslocar para escolas urbanas. Um movimento que impacta no acesso, na permanência, nas condições de aprendizagem e na identidade das escolas do campo.

Esta pesquisa refere-se a um recorte de uma dissertação, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGECT/UFSC), que tem por objetivos: analisar a constituição e a identidade das escolas do campo da rede estadual de ensino de Santa

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina - SC, graziellasteffen@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação (2018), Universidade Federal de São Carlos- SP, maria.carolina.magnus@ufsc.br.

Catarina, com base no que preconiza o Decreto n. 7.352 de 4 de novembro de 2010; explorar qualitativamente fatores que possam fortalecer a identidade escolar por meio de entrevistas com gestores das escolas do campo; e definir indicadores educacionais voltados para o acompanhamento, análise e formulação de políticas públicas educacionais voltadas à Educação do Campo. Este artigo, apresenta um recorte desse estudo, centrado no mapeamento das escolas do campo, evidenciando sua distribuição, evolução histórica e alguns desafios para a garantia do direito à educação.

Diante do que estabelece a Constituição Federativa do Brasil, os movimentos sociais foram fundamentais para a consolidação de políticas públicas educacionais voltadas ao atendimento dos povos do campo. Essas lutas reivindicam o direito à educação, em especial à escola, sendo uma educação que seja no e do campo (Caldart, 2012). De acordo com Molina (2012. p. 595):

Quando os movimentos sociais do campo se fazem porta-vozes dessas reivindicações, sublinham exatamente a diferença que marca o modo como dimensionam as respostas necessárias à garantia dos direitos historicamente negados e reivindicam, assim, que se contemplem as especificidades sócio-históricas que foram impressas nas suas trajetórias pessoais e coletivas de exploração e opressão.

Todas as reivindicações históricas e as mobilizações sociais permitiram avanços importantes, culminando em políticas públicas educacionais destinadas às especificidades dessa modalidade. Nessa perspectiva, Caldart (2012, 264-265) ressalta que a Educação do Campo deve ser caracterizada como “[...] uma prática social que não se compreende em si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem”.

Nas últimas décadas, a Educação do Campo conquistou espaço e voz. Por meio do Decreto n. 7.352 de 4 de novembro de 2010, instituiu-se a Política de Educação do Campo, que define as populações do campo como sendo: “[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural[...], bem como as características que devem ser consideradas ao identificar as escolas do campo: [...] aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE,

ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente as populações do campo” (Brasil, 2010).

A concepção de escolas do campo nasceu a partir das experiências de formação humana geradas por meio das lutas dos movimentos sociais (Molina e Sá, 2012). Ainda de acordo com as autoras, a identidade da escola não é definida pela localização geográfica “[...] se dá também pela identidade dos espaços de reprodução social, portanto, de vida e trabalho, dos sujeitos que acolhe em seus processos educativos, nos diferentes níveis de escolarização ofertados” (Molina e Sá, 2012, p. 327).

A presente pesquisa é de natureza aplicada. De acordo com Marconi e Lakatos (2022), descrever a percepção de um fenômeno, fato ou características de determinada realidade configura a pesquisa como descritiva. Além disso, ao buscar maior familiaridade com o problema, especialmente quando o tema é pouco explorado, a pesquisa assume caráter exploratório, desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa busca compreender os fenômenos em sua complexidade.

Serão mapeados e organizados os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2011 a 2024, identificando as escolas do campo da rede estadual de ensino de Santa Catarina, com desagregação em escolas indígenas, quilombolas, de assentamentos, de uso sustentável, rurais e aquelas que atendam predominantemente os estudantes residentes nas áreas rurais.

Para realizar esse mapeamento, que demanda o cruzamento de um grande volume de dados, será utilizada a ferramenta *Power BI Desktop*³. O recorte temporal adotado compreende a série histórica de 2011 a 2024, sendo que a Política de Educação do Campo foi instituída em novembro de 2010. Devido à dinâmica da coleta de dados do Censo Escolar da Educação Básica, as informações referentes ao ano corrente (2025) não estão disponíveis para análise.

Resultados

O Decreto 7.352/2010, apresenta que escolas do campo são aquelas que se localizam em área rural ou aquela que atende predominantemente os estudantes do

³ *Power BI*: conjunto de serviços de *software*, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas (Microsoft, 2025).

campo. Sendo assim, construiu-se no *Power BI Desktop* um conjunto de regras considerando as condições estabelecidas. As escolas foram mapeadas em dois grupos: (1) atendem majoritariamente os estudantes do campo e (2) localização em área rural. Conforme pode-se observar no Quadro 1:

Quadro 1: Grupos para mapear as escolas do campo

Grupo	Nome	Descrição
(1) Predominância de estudantes do campo	Indígenas	Localizadas em terra indígena ou unidade de uso sustentável em terra indígena.
	Quilombolas	Localizadas em comunidades quilombolas ou unidade de uso sustentável em área remanescente de quilombo.
	Assentamento	Localizadas em área de assentamento, denominadas escolas itinerantes.
	Uso sustentável	Área onde se localizam povos e comunidades tradicionais ou área de uso sustentável.
	Predominância rural	A escola possui um maior número de matrículas em área rural do que em área urbana.
(2) Localização	Localização rural	Escolas situadas em áreas classificadas como rurais pelo IBGE.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A Tabela 1 a seguir apresenta a série histórica de 2011 a 2024 das escolas do campo da rede estadual de ensino de Santa Catarina por grupo e descrição.

Tabela 1: Escolas do campo da rede estadual de ensino de Santa Catarina – Série Histórica (2011-2024)

Ano	Indígena	Quilombola	Assentamento	Uso sustentável	Predominância rural	Localização rural	Total
2011	36	-	4	-	150	194	384
2012	33	-	3	-	151	175	362
2013	32	-	5	1	147	168	352
2014	33	-	5	-	135	166	339
2015	33	-	4	2	148	162	347
2016	33	-	4	1	129	152	318
2017	31	-	4	1	122	154	311
2018	31	-	4	1	132	150	317
2019	31	-	4	-	134	149	318
2020	30	10	4	-	130	146	320
2021	32	10	4	-	126	154	326
2022	32	13	4	-	123	146	318
2023	34	15	4	-	117	147	317
2024	33	15	4	-	118	147	317

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2025a).

A série histórica, apresentada na Tabela 1, revela um processo de redução significativa no número total de escolas do campo na rede estadual: foram 67 unidades a menos em treze anos, representando uma redução de cerca de 18% no período. Esse movimento repercute diretamente na oferta educacional destinada aos povos do campo, acentuando a necessidade de políticas que assegurem condições de acesso, permanência e de identidade escolar.

As escolas situadas em área indígena ou de uso sustentável indígena, mantiveram certa estabilidade, não apresentando grandes oscilações. No ano de 2011 havia 36 escolas, entre 2017 e 2019 registrou-se 31 escolas, menor número, o que mostra uma variação de no máximo 14% em relação ao início da série.

No caso das comunidades quilombolas, Santa Catarina possui 18 certificadas pelas Coordenadorias Regionais de Educação (Santa Catarina, 2018), das quais 15 contam atualmente com Unidades Descentralizadas (UD) para atendimento educacional. A Resolução do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) n. 86, de 15 de julho de 2019, estabeleceu diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado, prevendo em seu Artigo 5º que: “A Educação Escolar Quilombola será ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades quilombolas, rurais e urbana, reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis [...]” (Santa Catarina, 2019).

A partir de 2020, a rede estadual passou a atender turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) em unidades descentralizadas, denominadas UD Quilombola, destinadas exclusivamente a esse público. Entre 2020 e 2024, o número dessas unidades cresceu de 10 para 15, indicando maior reconhecimento das demandas das comunidades quilombolas, embora não tenha atendido todas as comunidades.

As escolas de assentamentos em Santa Catarina, apresentam número reduzido e estável, variando de três a cinco unidades ao longo do período, sem tendência de expansão. Já as escolas em áreas de uso sustentável, que incluem categorias como reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e florestas nacionais (Brasil, 2018), tiveram registros apenas em 2013 e de 2015 a 2018.

As escolas que atendem de forma majoritárias estudantes que residem em área rural apresentou uma queda significativa de 150 escolas em 2011, para 118 em 2024. As escolas que se localizam em área rural apresentaram também uma redução acentuada de 194 escolas em 2011 para 147 em 2024.

Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2024, a rede estadual de ensino contava com 82.183 estudantes residentes na área rural. Desse total, 38.391 (47%) estavam matriculados nas 317 escolas reconhecidas como escolas do campo, conforme o Decreto n. 7.352/2010. Nessas instituições também se identificaram 17.402 estudantes provenientes de áreas urbanas. Por outro lado, 43.792 (53%) dos estudantes que vivem no campo frequentavam escolas que não se enquadram nos critérios estabelecidos para a definição de escola do campo.

Esses resultados evidenciam que embora exista uma política nacional que define e reconhece a Educação do Campo, mais da metade dos estudantes rurais catarinenses não estão matriculados em escolas do campo. Isso revela a persistência de desigualdades históricas, a priorização de unidades urbanas como polos de atendimento e os efeitos da nucleação, que impõe deslocamentos, compromete vínculos comunitários e fragiliza a identidade das escolas do campo.

Além das tendências, algumas questões emergiram durante a identificação das escolas do campo. Determinadas escolas apresentam uma diferença mínima no número de estudantes residentes no campo ou na área urbana, isso pode alterar a classificação da escola, gerando oscilações em sua identidade institucional. Esse movimento fragiliza ainda mais a definição e o reconhecimento das escolas do campo, uma vez que, em um mesmo período, a escola pode se enquadrar em classificações distintas. De acordo com Caldart (2012, p. 331), um dos maiores desafios e ao mesmo tempo uma das maiores potencialidades da escola do campo é “articular os conhecimentos que os educandos têm o direito de acessar, a partir do trabalho com a realidade, da religação entre educação, cultura e os conhecimentos científicos a serem apreendidos em cada ciclo da vida[...]”. Sem identidade consolidada, a escola encontrará dificuldade para construir seu currículo e seu projeto político-pedagógico.

Outro ponto que merece destaque refere-se a casos específicos identificados nesse processo de categorização. Há, por exemplo, uma escola “UD Prisional” situada em área rural, mas cujos estudantes privados de liberdade aparecem no Censo Escolar como residentes em área urbana, o que gera uma evidente inconsistência. Embora se trate de um espaço educativo específico, tal situação evidencia fragilidades na qualidade das informações produzidas pelo Censo Escolar da Educação Básica. Apesar de ser o principal e mais abrangente instrumento de coleta de informações da educação básica, o Censo Escolar, por ser censitário, depende do correto preenchimento e da atualização dos

dados educacionais, responsabilidade atribuída aos gestores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino envolvidos (Brasil, 2025b).

Além do recorte apresentado neste artigo, a dissertação em andamento contempla outras etapas que ainda estão em desenvolvimento, como a análise no Plano Estadual de Ensino de Santa Catarina PEE/SC, o aprofundamento sobre a trajetória das escolas do campo ao longo da série histórica – analisando quais escolas interromperam a oferta educacional, quais se mantiveram e quais passaram a ofertá-la – a aplicação de questionários aos gestores escolares e a realização de entrevistas semiestruturadas com análise dos dados coletados. As fases propostas pela pesquisa têm por finalidade aprofundar a compreensão dos contextos educacionais dessas escolas, buscando identificar de que forma as políticas públicas educacionais produzem – ou deixam de produzir – impactos em sua realidade, além de buscar compreender como a identidade escolar interfere na construção do projeto político-pedagógico.

Referências

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora Ltda: 1994. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_C%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_C%20(1).pdf) Acesso em: 05 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2018/caderno_de_instrucoes-censo_escolar2018.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília: Inep, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Apresentação**. Brasília: Inep, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar?utm_source. Acesso em: 6 set. 2025.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 259-267 p. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 8 set. 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 9 set. 2025.

MICROSOFT. **O que é Power BI Desktop**. 2025. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://learn.microsoft.com/pdf?url=https%3A%2F%2Flearn.microsoft.com%2Fpt-br%2Fpower-bi%2Ffundamentals%2Ftoc.json>. Acesso em: 08 set. 2025.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a. p. 587- 595. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 326 - 333. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

SANTA CATARINA. Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015: Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, n. 20.205, p. 1, 15 dez. 2015. Disponível em: <https://portal.doe.sea.sc.gov.br/repositorio/2015/20151215/Jornal/1328.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025.

SANTA CATARINA. **Resolução n. 86, de 15 de julho de 2019**: Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Santa Catarina. 2019. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-a-distancia/educacao-a-distancia-resolucoes/1775-resolucao-2019-086-cee-sc-6/file>. Acesso em: 07 set. 2025.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Escolar Quilombola**. 2018. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/conselhos-foruns-e-nucleos/orientacoes-e-cadernos-de-politicas-nas-diversidades/>. Acesso em: 02 set. de 2025.